

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Não há Nação sem território, mas também não há Nação sem pessoas nos territórios. Os territórios do Interior do país, também designados de baixa densidade, têm sido proscritos por sucessivos governos com uma ausência de resposta integradas para os problemas colocados pela litoralização do país e pela manifestação de fenómenos relacionados com a desertificação, populacional e territorial, com o envelhecimento da população e com o abandono desses territórios por diversos serviços públicos do Estado.

Este quadro de décadas de passivos acumulados, com honrosas exceções como o Alqueva, foi interrompido nos discursos políticos e nos compromissos do XXI Governo Constitucional ao plasmar no seu Programa o objetivo de “A par da fachada atlântica e dos mares arquipelágicos, é preciso um novo olhar para o «interior», uma nova visão que identifique as regiões de fronteira como uma nova centralidade no mercado ibérico.”.

As tragédias dos incêndios florestais de 2017 sublinharam a relevância da visão política e dos compromissos assumidos de valorização dos territórios do Interior como ativos estratégicos da afirmação do país como Nação.

A esperança gerada em 2015, entretanto materializada em várias iniciativas que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para um novo contexto de esperança nas capacidades do país, permitiu um quadro de referência de ação claro e transparente para quem quer estar no serviço público e na vida política com sentido de responsabilidade:

. os passivos acumulados no Interior do país em termos de anos de abandono e de desinvestimento, com especial acutilância nos anos do programa de ajustamento económico da troika, não permitiria que se resolvessem em poucos anos ou numa legislatura, o que não foi realizado em décadas;

. era preciso encetar um caminho de recuperação sustentadas das questões estruturais, em que se respondia às questões mais imediatas com sentido de retificação do essencial no quadro de um novo quadro comunitário de apoios. Era essa a imposição de um Portugal 2020 que não fora negociado pelo Partido Socialista ou pela atual maioria política, mas pelo governo do PSD/CDS. Com essa noção de razoabilidade e de finitude dos recursos disponíveis, era expetável que se sinalizassem respostas no imediato, enquanto se esperava pela reprogramação do Portugal 2020 ou pela negociação dos financiamentos europeus para o pós-2020.

O início da discussão pública do Programa Nacional de Investimentos (PNI2030) que define as prioridades dos investimentos infraestruturais estratégicos de médio e longo prazo nos setores da Mobilidade e Transportes, Ambiente e Energia, nos termos divulgados pela edição de 19 de junho do jornal “Público” constitui-se numa inaceitável violação do espírito do Programa de Governo e do discurso político que tem sido enunciado ao longo da legislatura da valorização do Interior como ativo nacional.

O Baixo Alentejo, por impulso do Alqueva e de uma crescente e ampliada capacidade produtiva regional, é hoje um contribuinte líquido para o crescimento da economia nacional, para a dinamização de um território do Interior e para a concretização de razões para a crença fundamentada num futuro para a região.

Num território como o do Baixo Alentejo, a mobilidade assume uma relevância fundamental, sendo importantes todos os sinais positivos registados nas infraestruturas rodoviárias, aeroportuárias e portuárias (Sines). Importantes para os territórios, para as atividades económicas e para as pessoas, razão maior de toda e qualquer atividade política.

A modernização da ligação ferroviária entre Beja e a Casa Branca não constava do quadro de investimentos do Portugal 2020.

A modernização da ligação ferroviária entre Beja e a Casa Branca, ambição de toda uma região na garantia de condições de mobilidade no acesso a Lisboa e ao País, não constará do Programa Nacional de Investimentos (PNI2030) que define as prioridades dos investimentos infraestruturais estratégicos de médio e longo prazo nos setores da Mobilidade e Transportes, Ambiente e Energia.

Portugal precisa de dar passos concretos, a curto, médio e longo prazo, na efetiva valorização dos territórios do Interior.

Não o fazer significa perpetuar problemas estruturais do passado, persistir em erros que se comprovaram geradores de tragédias evidenciadas no tempo em epifenómenos extremos e continuar a adiar o futuro.

Não modernizar a linha ferroviária entre Beja e a Casa Branca no médio ou longo prazo significa não honrar a palavra dada na valorização do Interior.

Não contribuir para, no presente, gerar as melhores condições possíveis de serviço público ferroviário aos cidadãos integra a mesma linha de violação da palavra dada na valorização do Interior.

Face ao exposto, considerando o reiterado compromisso do governo na valorização dos territórios do Interior e as expectativas geradas sobre o futuro da ferrovia no Baixo Alentejo, considerando ainda a notícia da exclusão da modernização do troço ferroviária entre Beja e Casa Branca do elenco de projetos do Programa Nacional de Investimentos (PNI2030), nos termos das normas regimentais, serve o presente para perguntar ao Governo, através do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, o seguinte:

- 1. Como pretende o governo conciliar o discurso e o compromisso político de valorização do Interior com esta exclusão inicial das necessidades e das ambições ferroviária do Baixo Alentejo no quadro das perspetivas de investimento para 2030?**
- 2. Considerando esta inaceitável exclusão, está o governo aberto a proceder a uma redefinição dos projetos no âmbito da discussão pública agora iniciada, integrado a modernização ferroviária do troço entre Beja e Casa Branca no elenco de investimentos para o médio e o longo prazo?**
- 3. Qual o calendário concreto para a concretização de medidas de mitigação dos problemas registados no serviço público ferroviário no baixo Alentejo, em especial na ligação entre Beja e Lisboa?**

Palácio de São Bento, 20 de junho de 2018

Deputado(a)s

PEDRO DO CARMO(PS)